UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ROMANA MARIA LONGO

OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E A DEFESA DOS DIREITOS
TERRITORIAIS DA COMUNIDADE TRADICIONAL DO MACIEL SOB A ÓTICA DO
ECODESENVOLVIMENTO

PONTAL DO PARANÁ

2021

ROMANA MARIA LONGO

**OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E A DEFESA DOS DIREITOS
TERRITORIAIS DA COMUNIDADE TRADICIONAL DO MACIEL SOB A ÓTICA DO
ECODESENVOLVIMENTO**

Artigo apresentado como requisito parcial à conclusão do curso de Pós-graduação em Direito Ambiental, do Setor de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Paraná.

Orientador(a)/Professor(a): Prof(a). Dr(a). Katya Isaguirre.

Co-orientador/Professor: Prof. Dr. Alexandre Nicoletti Hedlund.

PONTAL DO PARANÁ

2021

OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E A DEFESA DOS DIREITOS TERRITORIAIS DA COMUNIDADE TRADICIONAL DO MACIEL SOB A ÓTICA DO ECODESENVOLVIMENTO

Romana Maria Longo

RESUMO

O presente artigo busca explicitar de que forma as Comunidades e Povos Tradicionais são sujeitos sociais de direito, entre eles, o direito básico ao território, essencial para a preservação do meio ambiente. Esta visão se adequa ao Ecodesenvolvimento, apresentado por Sachs (1986) como uma forma de desenvolvimento, onde cada região utiliza soluções condizentes com sua área e seus dados ecológicos e culturais, levando em consideração suas necessidades imediatas, bem como as de longo prazo (SACHS, 1986). Sendo assim, induz a novas modalidades de crescimento e não ao não-crescimento, que apresenta alternativas para o desenvolvimento consciente e voltado para a preservação ambiental intergeracional. Apresenta, ainda, as problemáticas vivenciadas por tais comunidades, que frequentemente sofrem com processos de expulsão territorial por meio do desmonte de políticas públicas básicas para a sua sobrevivência. A partir dessa análise, revela-se também o conflito socioambiental, com foco nas comunidades tradicionais e moradores locais do litoral paranaense, em especial na comunidade do Maciel, em Pontal do Paraná. Portanto, como resultado, esta pesquisa discorre sobre a temática que envolve a relação do ser humano com a natureza, sob a perspectiva de que a preservação das comunidades tradicionais resulta em uma valorização histórica, cultural e biológica do meio em que estão inseridas, com a proteção e cuidado ambiental a longo prazo.

Palavras-chave: Comunidades tradicionais. Ecodesenvolvimento. Conflitos socioambientais. Proteção ambiental.

ABSTRACT

This article seeks to explain how Traditional Communities and Peoples are social subjects with rights, including the basic right to the territory, essential for the preservation of the environment. This vision suits Ecodevelopment, presented by Sachs (1986) as a form of development, where each region uses solutions consistent with its area and its ecological and cultural data, considering its immediate needs, as well as long-term ones (SACHS, 1986). Thus, it induces new growth modalities and

not non-growth, which presents alternatives for conscious development and aimed at intergenerational environmental preservation. It also presents the problems experienced by such communities, which often suffer from processes of territorial expulsion through the dismantling of basic public policies for their survival. From this analysis, the socio-environmental conflict is also revealed, with a focus on traditional communities and residents of the coast of Paraná, especially in the Maciel community, in Pontal do Paraná. Therefore, this research discusses the theme that involves the relationship of human beings with nature, from the perspective that the preservation of traditional communities' results in a historical, cultural, and biological appreciation of the environment in which they are inserted, with protection and care long-term environmental.

Keywords: Traditional communities. Ecodevelopment. Social and environmental conflicts. Environmental Protection.

1 INTRODUÇÃO

As Comunidades e Povos tradicionais nativos de territórios no Brasil são a representação da sociobiodiversidade, como conhecedores e guardiões do patrimônio ecológico e cultural da região. São compreendidas por legislações que salvaguardam direitos em relação à terra e ao território que as comunidades tradicionais ocupam ou utilizam coletivamente, estabelecem mecanismos de proteção jurídica aos diversos elementos culturais, materiais e imateriais. O Decreto nº 6.040/2007 instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, sendo um importantíssimo instrumento de garantia à proteção e direitos dessas Comunidades (BRASIL, 2007).

Com o modelo de desenvolvimento atual, a valorização demasiada do consumo e a acentuação da desigualdade, a preservação das comunidades tradicionais torna-se um pressuposto essencial de proteção ao meio ambiente e ao incentivo de práticas que visem a sustentabilidade. É necessário observar a existência de práticas que ocasionam a desterritorialização das comunidades tradicionais que já habitam e protegem os locais há muito tempo. Trazendo como consequências que esses grupos e comunidades percam sua identidade histórica, cultural, ambiental, e cause grandes prejuízos socioambientais.

Dessa forma, a desterritorialização e desmonte normativo – de flexibilizações de políticas ambientais, precarização de políticas públicas básicas para a sobrevivência - cerceiam a condições mínimas de qualidade de vida das comunidades

diretamente afetadas e da coletividade, uma vez que visam exclusivamente o crescimento econômico, sob a velha premissa de desenvolvimento a qualquer custo. (MAPA DE CONFLITOS, INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL, 2018).

Sendo assim, é possível observar como, em muitos casos, a influência da parte detentora do poder, movida pela ganância, se sobrepõe aos valores e limites humanos fundamentais de respeito e convivência pelo próximo, sendo necessário e urgente resgatar o valor do ser humano das comunidades tradicionais. A proteção é essencial para a manutenção da história das sociedades ao longo do tempo, permitindo, assim, que permaneçam íntegros, vivendo de acordo com os seus costumes e tradições.

O presente trabalho trata de que forma a proteção e a sobrevivência de valores essenciais para os povos e comunidades tradicionais estão diretamente relacionadas à sua própria existência, seja física ou cultural, baseando-se em uma relação equilibrada com a natureza e relações sociais pautadas no apoio mútuo e na solidariedade. A pesquisa utiliza-se da teoria do Ecodesenvolvimento, desenvolvida por Ignacy Sachs (1986), que propõe que, junto com a conservação ambiental, devem existir medidas que almejem o desenvolvimento da economia e promoção da justiça social, cultural, com uma gestão participativa e ética.

Ainda, propõe-se os seguintes objetivos específicos: a) analisar o conflito socioambiental de expulsão territorial vivido pela comunidade pesqueira tradicional do Maciel e o processo de expulsão e precarização que vêm ocorrendo no local, quais direitos estão sendo violados e de que maneira a comunidade contribui com a preservação do meio local (MAPA DE CONFLITOS, INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL, 2018); b) demonstrar como o fortalecimento organizativo de um Ecodesenvolvimento (SACHS, 1986) e o cuidado com a preservação ambiental como uma responsabilidade para com as gerações que sucederão, voltados para as necessidades sociais mais abrangentes, que dizem respeito à melhoria da qualidade de vida da população, estão relacionados com as formas de vida das comunidades tradicionais; c) identificar de que maneira os conceitos de Ecodesenvolvimento vão de encontro com o modo de vida das comunidades tradicionais; d) apresentar a importância da defesa dos modos de ser, fazer e viver das comunidades enquanto valiosas experiências de proteção da natureza e das culturas, visto sua essencialidade na sustentação de conhecimentos tradicionais e de proteção ambiental.

Neste trabalho, será abordado como estudo de caso o conflito socioambiental que contempla a comunidade tradicional pesqueira do Maciel, localizada em Pontal do Paraná, que vive na região há mais de 200 (duzentos) anos (MAPA DE CONFLITOS, INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL, 2018). A Lei Estadual 249/1949 concedeu ao Poder Executivo municipal o domínio sobre as terras ditas “devolutas”, que eles tradicionalmente exploravam, e, no ano de 1951 foram doadas à uma empresa privada, gerando uma relação sempre conflituosa entre empresa e pescadores (PARANÁ, 1949). A Comunidade do Maciel é um claro exemplo do processo de expulsão e deterioração sofrido pelas comunidades tradicionais existentes em todo país.

Nesse viés, discorre-se sobre a temática que envolve a problemática vivida pelas comunidades tradicionais e de como é necessária uma transformação social visando um ecodesenvolvimento. Isso, com vistas a deslocar a lógica da produção e do consumo exacerbado, para a ótica das necessidades fundamentais da população, para que sejam preservados e resgatados valores, a fim de equilibrar a justiça social e ambiental.

Para este estudo de caso foi utilizado como metodologia a pesquisa bibliográfica e documental. Foi realizada uma revisão de literatura por um viés interdisciplinar, com a consulta em livros e artigos sobre os temas centrais abordados no artigo. Além disso, foram utilizadas as discussões de teses e dissertações específicas sobre populações tradicionais e sua importância no contexto do ecodesenvolvimento, conceito esse desenvolvido por Ignacy Sachs (1986). A pesquisa documental foi utilizada como forma de conhecimento relacionado à legislação pertinente. Os resultados da pesquisa bibliográfica e documental serão essenciais para a compreensão de conceitos, princípios e instituições jurídicas que estruturam o objeto.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 O conflito socioambiental e o processo de expulsão da Comunidade tradicional do Maciel

A comunidade tradicional pesqueira do Maciel está localizada em Pontal do Paraná, no Balneário de Pontal do Sul, na baía de Paranaguá; vive na região há mais

de duzentos anos e o acesso somente se dá por via marítima (LIMA, 2006). A pesca artesanal é a maior forma de representação sociocultural dessa comunidade, bem como a agricultura de subsistência. (MAPA DE CONFLITOS, INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL, 2018).

Um dos marcos do início dos conflitos ambientais, pode ser considerado a aprovação da Lei Estadual 249/1949, sendo concedido ao Poder Executivo municipal o domínio sobre as terras ditas “devolutas”, que eles tradicionalmente exploravam. No ano de 1951 foram doadas à uma empresa privada, gerando uma relação sempre conflituosa entre empresa e pescadores. (MAPA DE CONFLITOS, INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL, 2018).

Tais conflitos se agravaram a partir de 1995, com a proposta de instalação de um porto privado, que visualizava uma oportunidade de expandir suas atividades econômicas no município. Desde então, os moradores locais vivem em situação extremamente precária e de insegurança jurídica em relação ao seu território tradicional, com um dano incalculável nas condições de vida e saúde das famílias que sofrem com o abandono ou fechamento de serviços públicos municipais (escola pública e posto de saúde), uma vez que a Prefeitura de Pontal do Paraná considera a comunidade em vias de extinção. (MAPA DE CONFLITOS, INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL, 2018).

A partir do ano de 2004, revisões no Plano diretor do município foram realizadas, a fim de rever o território pertencente à comunidade do Maciel, bem como alterar a destinação e a função social dos territórios, o que causou inviabilidades no modo de vida da comunidade. No ano de 2005, ocorreram desapropriações realizadas por oficiais da Aeronáutica do Brasil, após a empresa imobiliária Balneária Sul doar tais territórios para a Marinha, o que causou grande pânico e a expulsão de muitos moradores. (MAPA DE CONFLITOS, INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL, 2018).

Ainda essas doações tivessem justificativas, no caso em questão para a construção de um aeroporto, não tiveram tal destinação; as terras foram devolvidas para a mesma empresa do setor imobiliário, causando somente uma grande violação dos direitos territoriais da comunidade. Isso porque este território era ocupado tradicionalmente pelos moradores, e o que antes era ocupado livremente pela comunidade ganhou cercas, dividindo-o entre as terras privadas (Empresa Balneária)

e as terras da União (terrenos da Marinha). (MAPA DE CONFLITOS, INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL, 2018).

Destaca-se, neste cenário, o papel do Mapa de Conflitos, Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil, que objetiva identificar os conflitos territoriais sofridos pelas populações e dar voz para a luta contra as injustiças socioambientais. Além disso, tem como objetivo fazer com que a ciência assuma um papel de cidadã, provendo visibilidade para as pessoas que são silenciadas ao exercerem seu direito de ocupar o território. Para o caso em tela, o Mapa de Conflitos, Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil (2018) destaca que diversos processos de licenciamento ocorreram ao longo dos anos no território, sendo um fator determinante no processo de vulnerabilização e expulsão da população local, que vive na incerteza de poder seguir vivendo em sua terra. Nessa feita, é possível observar:

[...] em 2015 foi concedida pelo IBAMA a Licença de Instalação do Porto e, em 2016, foi realizado o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE- Litoral), que define o território do Maciel como “Zona de Desenvolvimento Diferenciado”. No mesmo ano, o poder público aprovou o Decreto Municipal 5532/2016 que, em seu artº 3, abriu precedentes para a remoção da comunidade. [...] Atualmente, os empreendimentos previstos para o território encontram-se em espera devido a uma condicionante que requer a construção de uma nova faixa rodoviária para o tráfego de caminhões. Em contrapartida, a comunidade, desde 2016, tem se articulado junto ao Ministério Público do Estado do Paraná e com pesquisadoras/es da Universidade Federal do Paraná (UFPR- Setor Litoral) no processo de luta pelo território (MAPA DE CONFLITOS, INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL, 2018).

Como foi apresentado acima, a população da comunidade do Maciel passa por um processo de vulnerabilização, por meio do desmanche de políticas básicas de subsistências, como desmonte de escolas e postos de saúde, ameaças de tomada de residências e desapropriações. Neste processo ao qual a comunidade é submetida, lhe são destituídos seus direitos por meio de injustiças socioambientais (ACSELRAD, 2010). Essas injustiças podem ser definidas como:

[...] A condição de existência coletiva própria a sociedades desiguais, onde operam mecanismos sociopolíticos que destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento a grupos sociais de trabalhadores, populações de baixa renda, segmentos raciais discriminados, parcelas marginalizadas e mais vulneráveis da cidadania (ACSELRAD *et al.*, 2004, p. 9).

São resultados de uma lógica sistemática excludente que faz com que pessoas que sempre viveram nas comunidades, por meio das condições proporcionadas pelo território – como a pesca, plantação de subsistência, artesanato – estejam desamparadas. Essa exclusão se perpetua tanto no que diz respeito à residência, como também ao modo de vida histórico e básico para sobrevivência (alimentação, saúde, transporte), que marginaliza as populações tradicionais, destrói ecossistemas e toda forma de organização que as comunidades cultivaram até então. Esse sistema causa danos irreversíveis ao meio ambiente e para essas populações¹, que com tais impactos em seu local de fixação são expulsas e destruídas.

Vindo ao encontro com o caso prático apresentado, como existe uma relação entre as atividades produtivas dominantes no local, as decisões políticas afetam tais comunidades, que sofrem diretamente com a perda de seus lares, deterioração em infraestrutura, ausência de políticas educacionais, sanitárias e a mudança do meio ambiental natural. Este é um grande resultado da desigualdade socioambiental, promovida pelo capital e pelos entes do Estado, gerando uma grande discriminação e vulnerabilização dessas populações, visto que a falta de condições ocasiona uma expulsão natural fazendo com que os costumes e tradições se percam no tempo.

A premissa de valorização territorial das populações tradicionais vai muito além da dimensão territorial. A valoração e preservação natural, de seres humanos e não humanos, a historicidade local é única de cada comunidade, ultrapassando os limites de defesa de meio e locais meramente produtivos. Caso tais elementos – territoriais e sociais – das comunidades não seja devidamente preservado, perde-se a condição de preservação que vai muito além do território natural, mas sim da conjuntura social do grupo tradicional. Como aponta Carlos Walter (2012, p. 26)

Sociedade e território são indissociáveis. Toda sociedade ao se constituir o faz constituindo o seu espaço, seu habitat, seu território. Ao contrário do pensamento disjuntivo que opera por dicotomias, como quer fazer crer o ainda hegemônico pensamento eurocêntrico moderno, não temos primeiro a sociedade (ou o espaço) e, depois, o espaço (ou a sociedade) ± sociedade e espaço. Na verdade, sociedade é espaço, antes de tudo, porque é constituída por homens e mulheres de carne e osso que na sua materialidade corporal

¹Para saber mais, consultar: <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/>, contendo inúmeros casos de populações que vivem conflitos socioambientais;

não podem prescindir da água, da terra, do ar e do fogo. (GONÇALVES, 2012, p. 26)

No contexto apresentado, essa injustiça ambiental pode ser a responsável pela destruição dos saberes e das raízes de tais comunidades, no caso de suas singularidades não serem respeitadas, como do local em que habitam perder sua naturalidade e características essenciais, colocando em cheque a vivência dessas comunidades.

Nesse viés, entender que as singularidades das comunidades tradicionais devem ser respeitadas deve ser o norte de toda política de desenvolvimento, tanto pública como privada, ao compreender que tais populações devem ser compreendidas em suas desigualdades e que finalmente sejam suas formas de vida cada vez mais valorizadas, visando o ecodesenvolvimento e a proteção ambiental.

2.2 Ecodesenvolvimento

Diante do avanço e progresso tecnológico, a busca pela preservação é um pressuposto essencial para a sobrevivência e manutenção da qualidade de vida de todos os seres vivos. Desse modo, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), é a principal autoridade mundial no tema, promovendo sempre o desenvolvimento sustentável e servindo como defensor do meio ambiente no mundo todo.

O século XX foi marcado pelas transformações e evoluções industriais, tecnológicas e sociais, por isso, as preocupações referentes ao meio ambiente passaram a existir de maneira mais expressiva para a humanidade, entendidas e tratadas, também, no âmbito das teorias econômicas (FERNANDEZ, 2011). Por isso, de acordo com Foladori e Tommasino (2000), a partir da década de 1970, diferentemente de épocas anteriores, a preocupação passou a ser global, relacionando a deterioração ambiental com o desenvolvimento, mostrando que o desenvolvimento por si mesmo não dava conta de um equilíbrio com o meio ambiente e não permitia alcançar a equidade nas sociedades humanas (FOLADORI; TOMMASINO, 2000).

Assim, surgem novas visões e propostas a fim de lidar com a crise ambiental e apresentar uma saída viável ao capitalismo. Nessa feita, serão apresentados a

seguir as expressões “Ecodesenvolvimento” que, posteriormente, originou o “Desenvolvimento Sustentável”, centrais para tal discussão.

O conceito de Ecodesenvolvimento² foi abordado, inicialmente, por Maurice Strong, em 1973, secretário-geral da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a partir de uma proposta da Conferência, e formulado por Sachs (1986). O conceito apresentava uma nova forma de desenvolvimento, visto a emergência apresentada pelo movimento ambientalista desde a década de 60 do século passado. Tratava-se então, de uma terceira via, uma alternativa frente ao desenvolvimento inconsciente e desenfreado que se apresentava até o momento.

De acordo com Sachs (1986), Ecodesenvolvimento é um conceito que pode ser definido como um desenvolvimento interessante do ponto de vista social, possível do ponto de vista econômico e prudente do ponto de vista ecológico. O Ecodesenvolvimento seria, para o autor, o “[...] desenvolvimento endógeno e dependente de suas forças próprias, submetido à lógica das necessidades do conjunto da população, consciente de sua dimensão ecológica e buscando estabelecer uma relação de harmonia entre o homem e a natureza” (SACHS, 1986, p. 12). Aqui, é possível observar uma preocupação com a humanização do desenvolvimento, subordinando-o com a ética social, buscando soluções que fossem viáveis e realizáveis também a nível econômico.

Alguns princípios básicos desse conceito são:

- 1) Satisfação das necessidades básicas; 2) solidariedade com as gerações futuras; 3) participação da população envolvida; 4) preservação dos recursos naturais e meio ambiente em geral; 5) elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e respeito a outras culturas, 6) programas de educação; 7) defesa da separação dos países centrais e periféricos para garantir o desenvolvimento dos últimos (SACHS, 1986, p. 52).

Assim, as condições para o Ecodesenvolvimento seriam:

² Para Maimon (1992), a diferença básica entre Ecodesenvolvimento e Desenvolvimento Sustentável reside em: o primeiro volta-se ao atendimento das necessidades básicas da população, por meio de tecnologias apropriadas a cada ambiente, partindo do mais simples ao mais complexo; o segundo, Desenvolvimento Sustentável, apresenta a ênfase em uma política ambiental, a responsabilidade com gerações futuras e a responsabilidade comum com os problemas globais. Porém, ambos os conceitos se apresentam com a preocupação com o meio ambiente fazendo parte do processo produtivo, de bem-estar social e a solidariedade com as futuras gerações.

a) poder de decisão horizontal de desenvolvimento, capaz de suplantar a abordagem setorial e de tirar proveito de todas as possibilidades de complementariedade existentes; b) Participação real da população na preparação de ecoestratégias, na pesquisa necessária e na execução da ação proposta; c) sistema educacional que, ao invés de concentrar-se na transferência de conhecimento didático, converta a escola rural em verdadeira agência de desenvolvimento, onde os estudantes aprendam a participar diariamente de atividades de desenvolvimento, a assumir suas 59 responsabilidades em relação à comunidade e , ao mesmo tempo, a pensar especificamente em termos ecológicos e antropológicos; d) sistema de integração de áreas rurais na economia nacional, de maneira a evitar que os produtores de produtos primários sejam explorados por uma cadeia de intermediários (SACHS, 1986, p. 107).

O conceito de desenvolvimento econômico está diretamente ligado com a questão ambiental e social, de modo em que um novo modo de organização da sociedade, no século XX, traz um pensamento intergeracional de solidariedade, expressando-se, assim, na preservação de recursos naturais. Já no século XXI, entende-se que a terra já ultrapassou seus limites de destruição, como aponta Boff (2006), que alerta que “hoje já nos damos conta de que o nosso planeta Terra não aguenta a voracidade e violência do atual modo de produção e consumo”.

Dessa forma, percebe-se que é necessário cumprir de maneira efetiva os compromissos sustentáveis assumidos no século passado, partindo de uma premissa ética ambiental, como aponta SILVA (2003), o homem é parte do meio ambiental, visto isso, deve ter cuidado e respeito com o local que habita. Além de que, o conhecimento difundido na atualidade a respeito da Sustentabilidade e do Desenvolvimento Sustentável, permite o entendimento que as ações podem implicar danos irreparáveis ao meio ambiente e conseqüentemente a toda população.

Pautando-se em uma visão ecológica, a fim de garantir um meio ambiente ecologicamente equilibrado para as futuras gerações que irão compor e usufruir da sociedade. Dessa forma, postula-se uma visão solidária a longo prazo, fazendo com que ocorra uma mudança de perspectiva. Nesta, o nível local deveria ser o ponto de partida para o desenvolvimento, bem como o emprego de complementariedade ecológica, de forma com que tenham autonomia e voz própria, para que haja o reequilíbrio entre a sociedade civil perante o Estado e instituições de domínio. Para tanto, Rangel Angelotti salienta:

O empoderamento das comunidades e a abertura de espaços para a democracia direta constituem a chave para as políticas de desenvolvimento e pressagiam um novo paradigma de economias mistas que funcionam

mediante o diálogo, as negociações e os vínculos contratuais entre os atores do desenvolvimento (ANGELOTTI, 2018, p. 66).

Porém, essa disparidade causada pelo Capitalismo, a partir das revoluções burguesas e industrial, afasta o homem do meio natural, apesar de o Ecodesenvolvimento buscar a integração e fortalecimento de tais comunidades juntamente com a sociedade como um todo. Tem-se a visão, comumente, de que tais comunidades - indígenas, quilombolas, associações de bairros, pescadores artesanais, extratores, criadores extensivos – sejam considerados inferiores pelos seus métodos de produção tradicionais, e, por esse motivo, não é possível atribuir um conceito hegemônico ao desenvolvimento e a sustentabilidade. Para Porto-Goncalves:

[...] ideia de progresso e, sua versão mais atual, desenvolvimento é, rigorosamente, sinônimo de dominação da natureza. Portanto, aquilo que o ambientalismo apresentará como desafio é, exatamente, o que o projeto civilizatório, nas suas mais diferentes visões hegemônicas, acredita ser a solução: à ideia de dominação da natureza do mundo moderno-colonial, o ambientalismo coloca-nos diante da questão de que há limites para a dominação da natureza (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 61).

Desse modo, “o desenvolvimento não poderá nunca ser o objeto de uma definição satisfatória para todos, isto é, para todos os países, todas as experiências, todas as exigências” (SINACEUR 1981, p. 11). Promover a sustentabilidade nas Comunidades Tradicionais é tratar de justiça social de distribuição. Para Blanco Tarrega:

Os arranjos produtivos locais são modelos para a organização econômica de agentes, que viabilizam o desenvolvimento econômico, social e cultural das diferentes comunidades e coletividades onde se instalam. Como política pública, se apresentam como alternativa econômica na globalização capitalista neoliberal para os agentes hipossuficientes, com instrumentos do próprio sistema. Intervindo na economia e na construção das identidades culturais, interferem no modo de produção da realidade social. Nesse sentido, contribuem com o desenvolvimento econômico para a liberdade (TARREGA, 2014, p. 364).

Ao tratar sobre o Ecodesenvolvimento, abordado por Sachs (1986), observamos que a sua visão sobre tal, vai ao encontro com o modo de vida das comunidades tradicionais, que serão tratadas no próximo capítulo.

2.3 As comunidades tradicionais e o encontro com o Ecodesenvolvimento

As comunidades tradicionais são formadas por povos que se identificam historicamente por meio de sua cultura, forma de organização singular e com o território que ocupam, divergindo do modo de vida das sociedades comuns. Baseiam-se em uma relação com a biodiversidade e sociobiodiversidade; para compreendê-las, apresenta-se o conceito trazido por Antônio Carlos Diegues e Rinaldo Arruda como:

Grupos humanos diferenciados sob o ponto de vista cultural, que reproduzem historicamente seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base na cooperação social e relações próprias com a natureza. Tal noção refere-se tanto a povos indígenas quanto a segmentos da população nacional, que desenvolvem modos particulares de existência, adaptados a nichos ecológicos específicos (DIEGUES; ARRUDA, 2001, p. 27).

O Decreto nº 6.040 de 07 de fevereiro de 2007, instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT, onde define povos e comunidades tradicionais como:

[...] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

Além disso, são de extrema pertinência os arts. 215 e 216 da Constituição Federal brasileira, bem como a Lei 9985/2000, sendo legislações que garantem os direitos de tais Comunidades.

O Brasil é um país extremamente rico em biodiversidade, com grande variedade social e cultural. Desse modo, sua diversidade se expressa também pela grande quantidade de comunidades tradicionais, que se organizam das mais diversas formas, com pluralidade de costumes, etnias, tradições, conhecimentos passados de geração em geração. Silva (2007) aponta como o território é elemento essencial para a caracterização dessas comunidades, visto que são nesses locais em que são realizados os manejos de recursos naturais, produção, distribuição e consumo, reprodução de conhecimento e de saberes tradicionais intergeracionais, fatos e acontecimentos históricos que compõem a identidade do grupo em questão. Assim, para Carlos Walter Porto-Gonçalves (2006), sociedade e território são elementos indissociáveis.

No relatório da Organização das Nações Unidas (ONU), “Povos indígenas e comunidades tradicionais e a governança florestal”, de 2021, ao observar suas principais considerações referentes aos povos indígenas e comunidades tradicionais, considerou-se tais populações como “Os melhores guardiões das florestas da América Latina e do Caribe”, afirmando a importância de revitalizar culturas e conhecimentos tradicionais, fortalecendo a governança territorial e apoiando organizações de povos indígenas e tradicionais, reconhecendo seu papel fundamental (ONU, 2021). Como apresenta Katya Isaguirre “Proteger a natureza é entender o homem enquanto parte integrante do mundo natural, em relação de dependência e cooperação” (ISAGUIRRE, 2008, p. 836).

Nessa feita, as Comunidades Tradicionais têm um papel essencial na conservação e proteção do meio ambiente, visto que a organização social desses locais é antagônica com a empreendida pelas grandes sociedades de consumo. Seus métodos de produção, utilização de recursos naturais, perpetuação de costumes tradicionais, vão ao encontro do Ecodesenvolvimento, uma forma de agir localmente, com técnicas singulares de cultura para a construção de uma identidade preservacionista. Em suma:

Estas sociedades tradicionais, guardiãs de um rico e ameaçado saber, compartilham estilos de vida particulares, fundados na natureza, no conhecimento dela e nas melhores práticas para conservá-la e utilizá-la sustentavelmente, respeitando, desse modo, sua capacidade de recuperação e conservação (BERTOLDI; BRAGA, 2011, p. 485).

Porém, essas comunidades, sejam elas indígenas, quilombolas, ribeirinhas, ainda sofrem com a falta de reconhecimento, por desenvolverem processos de organização diferentes das sociedades convencionais, baseadas no lucro e no consumo. São invisíveis aos olhos destas, gerando uma questão deficitária no que diz respeito às políticas públicas em questões básicas, como no impedimento de acesso à terra, à saúde e à educação, tornando-os vulnerabilizados, e, ao mesmo tempo, impedidos de reproduzir suas práticas culturais, sociais e econômicas (RAPKIEWICZ; ALVES; SANTOS, 2015).

Desse modo, um dos maiores problemas enfrentados por tais comunidades, são os relacionados aos territórios. Como apresenta Laschefski (2011), o território das comunidades tradicionais, em especial as pesqueiras e ribeirinhas, está totalmente entrelaçado com a natureza e isso faz com que grandes projetos, complexos e

interessados no território em questão, sobreponham-se sobre os territórios já ocupados durante anos. Esses locais são confrontados por um outro modo de vida e construção do espaço, decorrente da territorialidade urbano-industrial-capitalista, no qual grupos privilegiados criam injustiças sociais.

Projetos e empreendimentos que, em muitas vezes, não levam em consideração as consequências para as populações que ocupam o local, instalam-se e transformam todo o meio, toda a forma de vida vivida até então pelos moradores locais, pois compreendem o território de outra maneira, como aponta Hoffmann (2016). Realizam verdadeiras aniquilações sociais, por meio do corte de políticas públicas e econômicas básicas para subsistência, desprezando todo e qualquer cuidado para com as populações mais impactadas.

No Brasil da atualidade, medidas que corroboram para o desmonte de políticas ambientais e de proteção aos povos tradicionais, tais como: propostas de demarcação de territórios tradicionais indígenas e áreas remanescentes de quilombos; aumento da violência no campo contra indígenas e populações tradicionais locais; modificações na lei de licenciamento ambiental; precarização da aplicação das leis ambientais; enfraquecimento das agências ambientais; criminalização e percepções errôneas e preconceituosas de tais comunidades e suas lideranças.

Na Comunidade Tradicional do Maciel, os conflitos territoriais seguem ocorrendo de maneira ameaçadora. A instalação de um porto privado no local, sendo uma intervenção totalmente insustentável segue sendo barrado perante a justiça em ações judiciais que estão em curso. Porém, a Comunidade segue vivendo com as incertezas de conseguirem manter-se em seu território originário.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente estudo, que foi dividido em três capítulos, buscou traçar, de maneira sucinta, um paralelo entre as definições teóricas do conceito de Ecodesenvolvimento e de que maneira as Comunidades tradicionais contribuem para a preservação ambiental, mesmo sofrendo com os recorrentes desmanches e políticas de expulsões territoriais. Foi abordado no caso prático da Comunidade do Maciel, no litoral do Paraná, expondo os danos ambientais e violação de direitos humanos que vêm ocorrendo ao longo dos anos com a Comunidade, ratificando os conceitos teóricos explicitados acima.

Uma das principais formas de contribuir para a justiça social é compreendendo a sustentabilidade por meio da proteção dos costumes e tradições das Comunidades Tradicionais. Isso pode ser realizado por meio da viabilização do fortalecimento produtivo e costumeiro local, que vai de contraponto às sociedades de consumo inconsciente do atual modelo capitalista.

Desse modo, o fortalecimento e a valorização das comunidades locais contribuem com a garantia de território, visto que tais comunidades têm seu modo de vida e produção ligados diretamente com a produção artesanal local, valorizando seu território e a biodiversidade do local.

Por esse motivo, foram apresentadas na terceira seção do desenvolvimento deste trabalho as definições conceituais acerca das comunidades tradicionais, bem como sua grande importância para o meio ambiente, bem como para a diversidade cultural no Brasil. Apresentou-se também os conflitos vivenciados por tais comunidades, diante de uma realidade que as desvaloriza, visto que estas não vêm ao encontro dos objetivos das sociedades de exploração e consumo, do desenvolvimento a todo custo, que estão tão presentes na atualidade.

Sendo assim, apresentou-se o estudo do caso da Comunidade Pesqueira do Maciel, que é uma comunidade tradicional existente no litoral do Paraná, que sofre ao longo dos anos a deterioração e o desmonte das políticas públicas básicas para sobrevivência no local, devido a conflitos gananciosos de disputa territorial. Revela-se de maneira solar como o desmanche de tais comunidades implica diretamente no meio ambiental em que vivem.

Por fim, apresentou-se que a preservação das Comunidades Tradicionais, além de ser um grande aliado para a preservação ambiental, ultrapassa tais limites, sendo uma premissa essencial de resgate histórico e valorização da cultura local. Tal preservação demonstra que existem formas limpas de desenvolvimento, sem acarretar prejuízos inimagináveis ao ambiente e a sociedades inteiras, nutrindo a esperança de todos que acreditam na preservação ambiental e a garantia dos direitos coletivos sobre os interesses individuais, sem aceitar discursos de ganância disfarçada de desenvolvimento. Busca-se, desse modo, a sustentabilidade das Comunidades Tradicionais por meio de fortalecimentos de suas culturas e conhecimentos tradicionais, fomentando sua emancipação social e a proteção ambiental.

REFERÊNCIAS

- ANGELOTTI, Rangel. **Contribuições da extensão universitária para o ecodesenvolvimento**: o caso do setor Litoral da UFPR. 2018. 204 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Paraná., Curitiba, 2018.
- ACSELRAD, Henri. Vulnerabilidade, processos e relações. In: FERREIRA, Heline Sivini.; LEITE, José Rubens Morato.; BORATTI, Larissa Verri (orgs.). **Estado de direito ambiental**: tendências. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- ACSELRAD, Henri *et al.* A justiça ambiental e a dinâmica das lutas socioambientais no Brasil - uma introdução. In: ACSELRAD, Henri *et al.* (orgs.). **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004.
- BERTOLDI, Márcia Rodrigues; BRAGA, Fábio Rezende. Patrimônio genético e patrimônio cultural imaterial associado à biodiversidade: desvelando a Medida Provisória nº 2186-16/2001. In: CUREAU, Sandra *et al.* (coord.). **Olhar Multidisciplinar sobre a efetividade da proteção do patrimônio cultural**. Belo Horizonte: Fórum, 2011.
- BOFF, L. Caderno de Debate Agenda 21: Ética e Sustentabilidade. Brasília: Ministério de Meio Ambiente, 2006.
- BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 8 de fevereiro de 2007.
- DIEGUES, Antônio Carlos. ARRUDA, Rinaldo (orgs.). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2001.
- FERNANDEZ, Brena Paula Magno. Ecodesenvolvimento, Desenvolvimento Sustentável e Economia Ecológica: em que sentido representam alternativas ao paradigma de desenvolvimento tradicional? **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 23, p. 109-120, jan./jun. 2011. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v23i0.19246>
- FOLADORI, Guillermo; TOMMASINO, Humberto. El enfoque técnico y el enfoque social de la sustentabilidad. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 98, 2000. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4813415.pdf>.
- HOFFMANN, Cláudia Cristina. **Breve parecer histórico sobre Comunidade Maciel**. Ministério Público do Estado do Paraná, 2016. Disponível em: <https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/ParecerHistoricodaComunidadeMaciel.pdf> f. Acesso em: 21 out. 2021.
- ISAGUIRRE, Katya. Ensaio por uma vida digna: a educação interdisciplinar como pressuposto para construção da racionalidade ambiental. In: **Anais [...]** XVII

Encontro Preparatório para o Congresso Nacional do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito. Florianópolis/SC: Fundação Boiteux, 2008.

LASCHEFSKI, Klemens. Licenciamento e equidade ambiental. As racionalidades distintas de apropriação do ambiente por grupos subalternos. *In*: ZHOURI, Andréa (org.). **As tensões do lugar. Hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental**. Belo horizonte: Editora UFMG, 2011.

LIMA, Luciana Sereneski. “**Diz que é bom...**”: as plantas na vida das comunidades de Barrancos e Maciel (Pontal do Paraná – Paraná). Monografia (Graduação em Oceanografia) - Centro de estudos do mar. Universidade Federal do Paraná, 2006.

MAIMON, Dália. **Ensaio sobre Economia do Meio Ambiental**. Rio de Janeiro: Aped - Associação de Pesquisa e Ensino em Ecologia e Desenvolvimento, 1992.

MAPA DE CONFLITOS, INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL.

Comunidade de pescadores artesanais do Maciel luta por território tradicional e por acesso a serviços públicos. 2018. Disponível em:

<http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/pr-comunidade-de-pescadores-artesanais-do-maciel-luta-por-territorio-tradicional-e-por-acesso-a-servicos-publicos/>. Acesso em: 21 out. 2021.

ONU. **Los pueblos indígenas y tribales y la gobernanza de los bosques**. Oficina Regional de la FAO para América Latina y el Caribe, 2021. Disponível em: <https://www.fao.org/americas/noticias/ver/es/c/1381024/>. Acesso em: 21 out. 2021.

PARANÁ. **Lei Ordinária nº 249 de 1949**. Conferiu a cessão imobiliária à primeira apelada desde que respeitasse a posse dos atuais moradores naquela área e regularizasse o domínio dos proprietários, se houver. Curitiba, 1949. Disponível em: <https://tj-pr.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/925664141/apelacao-apl-4527828-pr-452782-8-acordao>. Acesso em: 21 out. 2021.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter.* A reinvenção dos territórios na América Latina/ABYA YALA*. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México - Instituto de Investigaciones Sociales, 2012.

RAPKIEWICZ, Nayma Schonardie; ALVES, Stevam Gabriel; SANTOS, Solange Laurentino. Engenho Mercês e Ilha de Tatuoca: exemplo de vulneração socioambiental. *In*: **Anais [...]**. VI Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental, Porto Alegre, 23 a 26 de novembro de 2015.

SACHS, Ignacy. **Espaços, Tempos e Estratégias do Desenvolvimento**. São Paulo: Vértice, 1986.

SILVA, Marina Osmarina. Saindo da invisibilidade – a política nacional de povos e comunidades tradicionais. **Inclusão Social**, v. 2, n. 2, 2008. Disponível em: <http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1596>. Acesso em: 21 out. 2021.

SILVA, O. R.. Ética Ambiental. In: Cida Sanches, Margarida Moraes. (Org.). Ecologia: Princípios para uma civilização sustentável. 1 ed. Mairinque: Página Dez, 2003, v., p. 23-51

SINACEUR, Mohammed Allal. A. O Desenvolvimento: Para Quê? (Introdução). In: PERROUX, François. **Ensaio sobre a Filosofia do Novo Desenvolvimento**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1981.

TARREGA, Maria Cristina Vidotte Blanco. Arranjo produtivo local e propriedade intelectual na sustentabilidade e preservação das comunidades tradicionais. *In*: CUNHA, Belinda Pereira da; AUGUSTIN, Sérgio (orgs.). **Sustentabilidade ambiental**: estudos jurídicos e sociais. Caxias do Sul: Educs, 2014.